

RECURSO ESPECIAL Nº 1.455.741 - DF (2014/0121647-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : JOSÉ CALASANS JUNIOR
RECORRENTE : MARIA CELESTE MEDRADO CALASANS SILVA
RECORRENTE : REINALDO ANDRÉ MEDRADO CALASANS
ADVOGADOS : JOSÉ CALASANS JUNIOR (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS - DF015086
REINALDO ANDRÉ MEDRADO CALASANS (EM CAUSA PRÓPRIA) - DF018239
MARIA CELESTE MEDRADO CALASANS SILVA (EM CAUSA PRÓPRIA) - DF018238
RECORRIDO : PAULO OCTÁVIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
ADVOGADO : JOSÉ MAURÍCIO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF007379
INTERES. : ARCA - ARNALDO CAMPOS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADOS : MAURÍCIO DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - DF000886
JOSÉ MAURÍCIO DE OLIVEIRA - DF007379

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por JOSÉ CALASANS JUNIOR, MARIA CELESTE MEDRADO CALASANS SILVA e REINALDO ANDRÉ MEDRADO CALASANS contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT).

Cuida-se, na origem, de agravo de instrumento manejado por JOSÉ CALASANS JUNIOR, MARIA CELESTE MEDRADO CALASANS SILVA e REINALDO ANDRÉ MEDRADO CALASANS contra decisão proferida nos autos da execução por quantia certa que promovem contra PAULO OCTÁVIO INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

O eg. TJDFT, contudo, negou provimento ao referido agravo, nos termos do v. acórdão estadual assim ementado (fl. 142):

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECLUSÃO. PLANILHA DE CÁLCULOS. CONTADORIA.

1. Em virtude da preclusão, não se conhece de parte do agravo.
2. Ante o acerto das planilhas, confirma-se a decisão que homologou os cálculos elaborados pela Contadoria Judicial."

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (acórdão de fls.

158/162).

Inconformados, JOSÉ CALASANS JUNIOR, MARIA CELESTE MEDRADO CALASANS SILVA e REINALDO ANDRÉ MEDRADO CALASANS manejaram o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, no qual alegam violação dos arts. 5º, inciso XXXV, e 93, inciso IX, da CF/88; dos arts. 185, 458, 475-H, 535, 573, 575-J, 585 do CPC/73; e do art. e 368 do CC/02.

Não foram apresentadas contrarrazões (certidão de fl. 195).

É o relatório. Decido.

Inicialmente, não se conhece do recurso quanto à alegada infringência dos arts. 5º, inciso XXXV, e 93, inciso IX, da CF/88, uma vez que se trata de matéria constitucional, cuja competência para exame é do col. Supremo Tribunal Federal, consoante preconiza o art. 102 da Carta Magna.

Também não se conhece do apelo nobre quanto aos arts. 458 e 535 do CPC/73, pois, nesse ponto, o eg. Tribunal distrital negou seguimento ao recurso especial (decisão de admissibilidade fls. 196/197).

Outrossim, melhor sorte não socorre ao recurso no que diz respeito aos arts. 185, 475-H, 573, 575-J, 585 do CPC/73; e do art. e 368 do CC/02. Sob as referidas ofensas, os recorrentes apontam os seguintes argumentos: (i) possibilidade de executar, nos mesmos autos, os honorários fixados na execução e nos embargos; (ii) cabimento da multa prevista no art. 475-J do CPC/73 na execução de título extrajudicial; e (iii) preclusão para o executado impugnar o demonstrativo de cálculo apresentado pelos exequentes, ora recorrentes.

O eg. TJDF, por sua vez, deixou de apreciar essas alegações, sob o fundamento de estarem preclusas, tendo em vista a ausência de impugnação no momento oportuno. À título elucidativo, colacionam-se os seguintes trechos do v. acórdão estadual (fls. 143/144):

"Preliminarmente, quanto à exclusão da multa e dos honorários fixados na sentença que decidiu os embargos à execução do montante executado, o agravo não deve ser conhecido, haja vista que o MM. Juiz a quo já havia decidido a matéria em decisão anterior à agravada, contra a qual o recorrente não se insurgiu."

Nesse cenário, para se alterar o entendimento ora transcrito, quanto à ocorrência da preclusão, seria necessária a revisão de matéria fático-probatória, o que é inadmissível em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Corroboram essa conclusão os arestos a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. EXCLUSÃO DOS SÓCIOS DA LIDE. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA. ALEGAÇÃO SOMENTE EM NOVO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PRECLUSÃO VERIFICADA PELA ORIGEM. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.

(...)

6. Inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos para afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido, a saber, a existência de preclusão no caso concreto. Aplica-se, portanto, o óbice da Súmula 7/STJ.

7. Recurso Especial não conhecido."

(REsp 1761704/SP, Rel. Ministro **HERMAN BENJAMIN**, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/10/2018, DJe 16/11/2018, g.n.)

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA APLICADA . PRECLUSÃO. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. SUMULA 7 DO STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. O Tribunal de origem, após a análise dos elementos fáticos dos autos, concluiu pela preclusão da matéria. Assim, alterar o entendimento do acórdão recorrido demandaria incursão na seara fático - probatória dos autos, o que é vedado em razão do óbice da Súmula 7 do STJ.

(...)

3. Agravo interno não provido."

(AgInt no AREsp 1122626/RJ, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 13/03/2018, DJe 20/03/2018, g.n.)

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RI-STJ, conheço em parte do recurso especial para, nessa extensão, negar provimento.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 04 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator